

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5 Nenhuma folha deste caderno pode ser levada para fora, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!

INSS - 11º SIMULADO TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL

CONHECIMENTOS BÁSICOS ÉTICA

Kátia Lima

Julgue os itens a seguir sobre ética geral, ética no serviço público, ética e função pública, tendo como base o Decreto n. 1.171/1994 e 6.029/2007.

- 1 De acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, é dever fundamental do servidor utilizar o cargo público para atividade estranha ao serviço público desde que devidamente autorizado e por prazo certo.
- 2 O servidor que denunciar pressões de superiores hierárquicos que visem obter vantagens indevidas, descumpra o dever fundamental da hierarquia, mas faz o que é condizente com a moral no serviço público.
- 3 O servidor do INSS que estiver sendo investigado na comissão de ética poderá ter vista dos autos mesmo antes da notificação da existência de procedimento investigatório.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ricardo Blanco

- 4 A lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresas e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País.
- 5 A sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus".
- 6 Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- 7 A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.
- 8 Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.
- 9 As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- 10 Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Cardoso

Julgue os itens a seguir, considerando as disposições sobre o Direito Administrativo.

- 11 É facultado ao Poder Judiciário, ao exercer o controle de legalidade de um ato administrativo, revogar ato praticado pelo Poder Executivo.
- 12 Suponha que uma autoridade administrativa delegue determinada competência a um subordinado e que, no exercício dessa delegação, este pratique ato ilegal que fira direito líquido e certo. Nessa situação, eventual mandado de segurança deve ser impetrado em face da autoridade delegada.
- 13 Considere que determinado cidadão tenha sido convocado como mesário em um pleito eleitoral. Nessa situação hipotética, no exercício de suas atribuições, ele deve ser considerado agente público na modalidade agente honorífico.
- 14 A responsabilidade civil objetiva do Estado abrange as pessoas jurídicas de direito privado exploradoras de atividade econômica, sendo excluídas as empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos.
- 15 Caso o presidente da República determine a descentralização da administração de determinado serviço público, esse serviço deverá ser realizado e acompanhado por órgão da administração direta.
- 16 Em sentido formal ou subjetivo, a Administração Pública compreende o conjunto de órgãos, pessoas jurídicas agentes públicos encarregadas, por determinação legal, do exercício da função administrativa do Estado.
- 17 A pretexto de atuar conforme a moralidade administrativa, é possível que a administração pratique atos não previstos na legislação.

GRAMÁTICA E TEXTO

Vânia Araújo



<https://blogdogusmao.com.br/2017/01/24/humor-dia-do-aposentado/aposentado-charge-do-duke/>

Acerca das ideias e das estruturas linguísticas do texto apresentado anteriormente, julgue os itens seguintes.

- 18 O texto constrói-se com base na sátira.
- 19 O entendimento da crítica presente no texto pode efetivar-se apenas com a interpretação da imagem dos quadrinhos.
- 20 A fala do primeiro personagem evidencia a presença de um recurso linguístico que consiste na analogia explícita entre dois elementos.
- 21 A expressão “chupando dedo”, no segundo quadrinho, leva ao entendimento de que os aposentados ficam esperando ansiosamente pelo pagamento de seus benefícios.
- 22 Em relação à forma de transmissão da mensagem, é possível afirmar que o autor emprega o recurso da verbo-visualidade.

1 Há uma grande diferença entre os termos senilidade e senescência no âmbito da geriatria. Ambos estão relacionados ao envelhecimento, no entanto, são quadros com impactos muito diferentes sobre a saúde. O que irá definir a presença de senescência ou a senilidade será a qualidade de vida ao longo dos anos.

5 A senescência é definida como um processo fisiológico e universal, que deve ser entendido como o envelhecimento sadio, em que ocorre o declínio físico e mental de forma lenta e gradativa. O envelhecimento natural é caracterizado pelo aparecimento da queda ou o embranquecimento dos cabelos, pela perda de flexibilidade da pele e pelo aparecimento de rugas. As alterações envolvidas neste processo não são produzidas por doenças, mas resultam das mudanças orgânicas, funcionais e psicológicas que o envolvem.

10 Já a senilidade é um processo patológico e pode surgir com o envelhecimento, porém não está condicionado a ele. Portanto, mesmo sendo mais presente nas pessoas idosas, a senilidade também pode estar presente em jovens e é caracterizada pela presença de doenças crônicas e outros fatores que comprometem a funcionalidade e a qualidade de vida. Essas alterações não são normais do envelhecimento. A única característica universal ao envelhecimento é a ocorrência das mudanças instituídas pelo tempo, independente do efeito deletério ou não sobre a vitalidade e a longevidade.

15 O envelhecimento é um processo natural do ciclo da vida, e a senescência deve ser afirmada e experimentada como um processo de crescimento que não merece ser negligenciado ou negado. Essa condição afeta todos os seres humanos, já que seu início ocorre com o nascimento e termina com a morte. Para promover uma senescência saudável e evitar a senilidade, alguns fatores são essenciais, como ter uma alimentação balanceada, praticar regularmente exercícios físicos, manter contato social e fazer o controle de doenças crônicas.

<https://institutovivabem.com.br/diferenca-entre-a-senilidade-e-senescencia/>. Publicado em 01/04/2019 (com adaptações).

Acerca da tipologia, das ideias veiculadas e das estruturas linguísticas do texto precedente, julgue os itens seguintes.

- 23 Na linha 3, a substituição do conector “no entanto” por **portanto** ou **entretanto** preservaria a correção gramatical e as relações de sentido do trecho.

- 24 Infere-se, das informações do texto, que a senilidade pode acometer, também, as pessoas jovens, já que ela se caracteriza pela ocorrência das mudanças instituídas pelo tempo, independentemente do seu efeito sobre a vitalidade e a longevidade.
- 25 Mantém-se a correção gramatical do texto com a substituição da expressão “em que” (l. 7-8) por “onde” ou “no qual”.
- 26 Mantém-se a correção gramatical e as relações de sentido do texto com a reescrita do trecho “O envelhecimento natural é caracterizado pelo aparecimento da queda ou o embranquecimento dos cabelos, pela perda de flexibilidade da pele e pelo aparecimento de rugas.” (l. 8-11) como: *A senescência caracteriza-se pelo aparecimento de queda ou embranquecimento dos cabelos, perda de flexibilidade da pele e aparecimento de rugas.*
- 27 O pronome “ele” (l. 15) remete, por mecanismo de coesão textual, à expressão “processo patológico” (l. 14).
- 28 É possível depreender, das informações do texto, que o surgimento de doenças crônicas e de outros fatores que comprometam a funcionalidade e a qualidade de vida pode transformar o envelhecimento natural em um processo de senilidade.
- 29 O termo “independente”, na linha 21, possui valor semântico de advérbio.
- 30 O vocábulo **deletério** (l. 22) pode ser entendido no texto como “que é pernicioso”.
- 31 No último parágrafo do texto, os vocábulos “envelhecimento” (l. 23), “senescência” (l. 24) e “crescimento” (l. 25) exercem uma relação de sinonímia.
- 32 Por sua finalidade, é possível afirmar que se trata de um texto argumentativo, cujo objetivo é convencer o leitor de que nem sempre o envelhecimento precisa ser tratado como um processo patológico.

REDAÇÃO OFICIAL

Lucas Lemos

Em relação à conceituação, à finalidade e aos aspectos estruturais e linguísticos das correspondências oficiais, julgue os itens seguintes.

- 33 O presidente da República deve apresentar uma medida provisória mediante ofício, pois esta é uma exigência do princípio da publicidade das comunicações oficiais.
- 34 Nas comunicações oficiais, deve-se evitar qualquer tipo de uso de linguagem técnica.
- 35 A redação oficial deve caracterizar-se pela impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, concisão, informalidade e uniformidade.
- 36 A redação oficial é a maneira pela qual o Poder Público redige atos normativos e comunicações.
- 37 Não existem orientações a respeito da linguagem a ser empregada nas mensagens enviadas por meio de correio eletrônico.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Marcelo Leite

Considere que as afirmações a seguir representam os requisitos básicos para que uma pessoa receba o Benefício Assistencial de Prestação Continuada (BPC).

P: Caso a pessoa tenha mais de 65 anos ou tenha deficiência física, então ela poderá receber o BPC.

Q: A pessoa tem mais de 65 anos ou ela não tem deficiência física.

Com base nessas informações julgue os itens a seguir:

- 38** A proposição Q é equivalente a “Se a pessoa não tem mais de 65 anos, então ela não tem deficiência física”.
- 39** A negação do antecedente da proposição P é equivalente a “A pessoa não tem mais de 65 anos nem tem deficiência física”.
- 40** O número de linhas na tabela verdade da proposição $P \wedge Q$ é igual a 4.

Considere a seguinte situação hipotética:

Em certa agência do INSS, estão lotados quarenta e cinco servidores, desses apenas dez são Analistas, enquanto os demais são Técnicos. Sabe-se que, nessa agência, a quantidade de contribuintes atendidos em 2020 foi 30% a mais que a quantidade de atendimentos realizados no ano anterior. Com base nessas informações, julgue os itens a seguir:

- 41** Dentre os Técnicos, sabe-se que todos utilizam pelo menos um meio de condução para se dirigir ao local de trabalho. Foi constatado que doze utilizam carro, quinze utilizam moto, enquanto dez utilizam outros meios de transporte distintos dos citados anteriormente. Assim, a quantidade de Técnicos que utilizam apenas carro é superior a 11.
- 42** Considerando que em 2020 a citada agência atendeu 15.600 contribuintes, então em 2019 a quantidade de contribuintes atendidos na agência foi inferior a 10.900.

INFORMÁTICA

Fabrício Melo

Sobre conhecimentos relacionados ao Windows 7 e 10, configuração padrão, idioma português (Brasil), julgue o item a seguir:

- 43** No Windows 10, por meio da Central de Ações, é possível a ativação do modo avião, recurso que irá desabilitar os recursos de rede sem fio do computador do usuário.

Sobre conceitos de Internet, Intranet e ferramentas de navegação e correio eletrônico, julgue o próximo item

- 44** Na nuvem computacional, no amplo acesso por rede, os recursos estão disponíveis por meio da rede e são acessados através de mecanismos padronizados que promovem o uso por dispositivos clientes leves ou ricos de diversas plataformas (como smartphones, tablets, laptops ou desktops).

Sobre conhecimentos relacionados à Segurança da Informação, julgue o próximo item.

- 45** O furto de identidade é o ato pelo qual uma pessoa tenta se passar por outra, atribuindo-se uma falsa identidade, com o objetivo de obter vantagens indevidas. Alguns casos de furto de identidade podem ser considerados como crime contra a fé pública, tipificados como falsa identidade.

(Fonte: <https://cartilha.cert.br/livro/cartilha-seguranca-internet.pdf>)

Sobre conhecimentos relacionados ao Libre Office 7.X, idioma português (Brasil), configuração padrão, julgue os próximos itens.

- 46** No Libre Office Writer, ao salvar um documento em edição no formato docx, não será mais possível a abertura e edição desse documento no Writer.
- 47** No Libre Office Calc, em uma pasta de trabalho contendo duas planilhas, PROCESSOS e RELATÓRIOS, é possível por meio da fórmula =PROCESSOS.A3+5 inserida na célula A1 da planilha RELATÓRIOS, a soma da célula A3 da planilha PROCESSOS com a constante 5.

REGIMENTO JURÍDICO ÚNICO

Rodrigo Cardoso

Julgue os itens a seguir com fulcro na Lei n. 8.112/1990.

- 48** A investidura em cargo público em comissão ocorre com a nomeação e depende de prévia habilitação em concurso público.
- 49** A ação disciplinar contra servidor público prescreve em cinco anos quanto à demissão.
- 50** Na fase de inquérito, o prazo para apresentação da defesa escrita é de dez dias, sendo permitida a sua prorrogação pelo dobro na hipótese de existirem diligências reputadas indispensáveis.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
SEGURIDADE SOCIAL**

Carlos Machado/Ravan Leão

A respeito do Direito Previdenciário, julgue os itens a seguir.

- 51** A CF define seguridade social como um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade destinadas a assegurar direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
- 52** De acordo com o princípio da universalidade da seguridade social, os estrangeiros no Brasil poderão receber atendimento da seguridade social.
- 53** Lei complementar editada pela União poderá autorizar os estados e o DF a legislar sobre questões específicas relacionadas à seguridade social.

54 Os membros do CNPS e seus respectivos suplentes serão nomeados pelo Presidente da República, tendo os representantes titulares da sociedade civil mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos, de imediato, uma única vez.

Acerca da legislação previdenciária, especialmente no que se refere às suas fontes, autonomia, vigência e interpretação, julgue os itens.

55 As fontes formais do direito previdenciário incluem a CF e as Leis n. 8.212/1991 e n. 8.213/1991.

56 Ao se utilizar do método de interpretação teleológico, o intérprete busca compatibilizar o texto legal a ser interpretado com as demais normas que compõem o ordenamento jurídico, visualizando a lei objeto de interpretação como parte de um todo.

Tendo como referência a doutrina e a jurisprudência a respeito da organização e dos princípios do sistema de seguridade social brasileiro, julgue o item a seguir.

57 O princípio do direito adquirido não se aplica à seara previdenciária, pois, conforme o entendimento do Supremo Tribunal Federal, inexistente direito adquirido a regime jurídico.

No que se refere à seguridade social no Brasil, julgue o item seguinte.

58 A Lei Eloy Chaves, que criou em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no país uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos empregados, foi o primeiro ato normativo a tratar de seguridade social no Brasil.

Em relação à organização, à origem e ao custeio do sistema de seguridade social, julgue o item a seguir.

59 A seguridade social nos moldes, como é atualmente conhecida, é fruto da evolução legislativa quanto à garantia dos direitos sociais no Brasil e foi introduzida no ordenamento jurídico pátrio pela Constituição Federal de 1988.

Relativo à Legislação aplicável à seguridade social e sua gestão, julgue o seguinte item.

60 O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) é a autarquia previdenciária cuja principal atribuição é a administração do regime geral de previdência social.

Acerca da seguridade social, julgue o item.

61 A previdência e a assistência social organizam-se com base em regime de caráter contributivo, razão pela qual somente serão prestadas aos segurados adimplentes com suas obrigações, diferentemente do direito à saúde, cujo atendimento independe de prévia contribuição por parte do beneficiário.

Acerca do conceito e dos princípios da seguridade social no Brasil, julgue o item.

62 A seguridade social representa um conjunto integrado de ações direcionadas à proteção exclusiva de trabalhadores que mantêm vínculo contributivo com algum órgão de assistência previdenciária.

Michelle, empregada doméstica com deficiência física, e Jairo, empresário dirigente de multinacional sediada no Brasil, desejam contribuir para o Regime Geral de Previdência Social e com isso gozar de todos os benefícios e serviços prestados pela Seguridade Social.

63 De acordo com a situação-problema apresentada, é correto afirmar que Michelle e Jairo podem participar da Previdência Social.

Acerca do RGPS, julgue o item subsequente.

64 Situação hipotética: Big Mac, cidadão norte-americano, domiciliado no Brasil, foi aqui contratado pela empresa brasileira X, para trabalhar, por tempo indeterminado, em sua filial situada no Canadá. A maior parte do capital votante dessa filial canadense é da empresa X, constituída sob as leis brasileiras e com sede e administração no Brasil. Assertiva: Nessa situação, Big Mac deverá estar, necessariamente, vinculado ao RGPS como segurado empregado.

65 É segurado empregado aquele que, contratado por empresa de trabalho temporário, definida em legislação específica, presta serviço para atender a necessidade transitória de substituição de pessoal regular e permanente ou a acréscimo extraordinário de serviços de outras empresas.

66 Considera-se contribuinte individual a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade de extração mineral – garimpo, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por intermédio de prepostos, com ou sem o auxílio de empregados, utilizados a qualquer título, ainda que de forma não contínua.

67 O segurado especial não perde essa condição pela outorga, por meio de contrato escrito de parceria, meação ou comodato, de até 50% (cinquenta por cento) de imóvel rural cuja área total não seja superior a 4 (quatro) módulos fiscais, desde que outorgante e outorgado continuem a exercer a respectiva atividade, individualmente ou em regime de economia familiar.

68 Não descaracteriza a condição de segurado especial a exploração da atividade turística da propriedade rural, salvo hospedagem, por não mais de 120 (cento e vinte) dias ao ano.

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Acerca da seguridade social, julgue o item subsequente.

69 Segundo o entendimento do STF, mediante lei complementar, é possível criar novas contribuições sociais — além daquelas previstas no texto constitucional —, que poderão ter base de cálculo e fato gerador idênticos aos de impostos discriminados na CF.

70 Quanto ao financiamento da seguridade social, de acordo com o estabelecido na CF/1988 e na legislação do respectivo custeio, é correto afirmar que são isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.

71 Na hipótese de perda da qualidade de segurado, para fins da concessão dos benefícios de auxílio-doença, de aposentadoria por invalidez, auxílio-acidente, de salário-maternidade e de auxílio-reclusão, o segurado deverá contar, a partir da data da nova filiação à Previdência Social, com metade dos períodos de carência previstos na lei de benefícios.

72 O servidor civil ocupante de cargo efetivo ou o militar da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, bem como o das respectivas autarquias e fundações, são excluídos do Regime Geral de Previdência Social, desde que amparados por regime próprio de previdência social. Todavia, caso o servidor ou o militar venham a exercer, concomitantemente, uma ou mais atividades abrangidas pelo Regime Geral de Previdência Social, tornar-se-ão segurados obrigatórios em relação a essas atividades.

73 Desde que presentes os demais pressupostos da filiação, admite-se a *inscrição post mortem* do segurado especial.

74 O indivíduo que, não sendo detentor de cargo efetivo, for nomeado para um cargo em comissão no âmbito da União não será segurado obrigatório do RGPS.

Com relação ao financiamento da seguridade social, julgue os seguintes itens.

75 Além da contribuição proveniente de empregados e empregadores, são fontes de custeio da seguridade social, de forma direta e indireta, os recursos oriundos dos orçamentos da União, dos estados, do DF e dos municípios.

76 Em caso de eventuais insuficiências financeiras decorrentes do pagamento de benefícios de prestação continuada, a previdência social poderá elevar alíquotas das contribuições sociais de empregados e empregadores até o limite do débito apurado.

77 Será excluído definitivamente da condição de dependente quem tiver sido condenado criminalmente por sentença com trânsito em julgado, como autor, coautor ou partícipe de homicídio doloso, ou de tentativa desse crime, cometido contra a pessoa do segurado, ressalvados os absolutamente incapazes e os inimputáveis.

Julgue o item seguinte, relativo ao Regime Geral de Previdência Social, de acordo com a legislação pertinente.

78 O Regime Geral de Previdência Social compreende prestações, devidas inclusive em razão de eventos decorrentes de acidente do trabalho, expressas em benefícios e serviços. Assim sendo, quanto ao segurado, dentre outros, são devidos os benefícios de aposentadoria por invalidez e auxílio-reclusão.

79 O aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS que permanecer em atividade sujeita a este Regime, ou a ele retornar, não fará jus a prestação alguma da Previdência Social em decorrência do exercício dessa atividade, exceto ao salário-família e à reabilitação profissional, quando empregado.

80 Os benefícios do RGPS poderão ser solicitados, pelos interessados, aos Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais, que encaminharão, eletronicamente, requerimento e respectiva documentação comprobatória de seu direito para deliberação e análise do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), nos termos do regulamento.

Julgue os itens a seguir de acordo com a legislação previdenciária acerca do acidente do trabalho.

81 A perícia médica do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) considerará caracterizada a natureza acidentária da incapacidade quando constatar ocorrência de nexó técnico epidemiológico entre o trabalho e o agravo, decorrente da relação entre a atividade da empresa ou do empregado doméstico e a entidade mórbida motivadora da incapacidade elencada na Classificação Internacional de Doenças (CID), em conformidade com o que dispuser o regulamento.

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Acerca da seguridade social, julgue o item subsequente.

82 O STF reconhece a união homoafetiva como entidade familiar e, consequentemente, assegura ao(a) companheiro(a) da pessoa segurada a qualidade de dependente para fins previdenciários.

83 Ao filho maior de vinte e um anos de idade será garantida a prestação de benefícios e serviços da previdência social, desde que comprove a matrícula em instituição de ensino superior, até a data da sua formatura.

Em relação aos princípios e diretrizes da previdência social no Brasil, julgue o seguinte item.

84 Para o cálculo dos valores dos benefícios previdenciários, são considerados os salários de contribuição, sendo, no caso da aposentadoria especial, contabilizados os trinta e seis últimos salários, corrigidos monetariamente.

Acerca da carência, dos períodos de graça e da condição de segurado, julgue o item a seguir.

85 O salário-maternidade pago à segurada empregada, à segurada doméstica e à segurada avulsa prescinde de carência.

Com relação aos benefícios previdenciários em espécie, julgue o item.

86 O auxílio-reclusão beneficia os dependentes do segurado recolhido à prisão e independe de carência.

87 O período de carência visa garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema. Para os segurados que ingressaram no sistema após a vigência da Lei n. 8.213/1991, em relação aos benefícios de aposentadoria especial, aposentadoria por invalidez acidentária e salário-família, a carência, em número de contribuições mensais, será respectivamente de 180, 120, 12.

Considerando as normas de concessão de benefícios pelo regime geral de previdência social (RGPS), julgue o item a seguir.

88 De acordo com a legislação previdenciária, o período de carência corresponde ao número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o segurado faça jus ao recebimento de alguns benefícios, independentemente, no entanto, de carência a concessão dos benefícios de pensão por morte, auxílio-reclusão, salário-família e auxílio acidente de qualquer natureza.

Com base na legislação trabalhista e previdenciária brasileira, julgue o item a seguir.

89 A concessão do auxílio-acidente previdenciário independe do cumprimento do período de carência.

90 Para cômputo do período de carência, serão consideradas as contribuições realizadas a contar da data de efetivo pagamento da primeira contribuição sem atraso, não sendo consideradas para este fim as contribuições recolhidas com atraso referentes a competências anteriores, no caso dos segurados contribuinte individual, especial e facultativo.

O item seguinte, acerca de benefícios previdenciários, apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

91 Orlando Silva nunca havia contribuído para o RGPS. No entanto, após uma semana do início de atividade laboral em determinado emprego, um acidente de trabalho o tornou incapaz e insuscetível de reabilitação.
Nessa situação, Orlando Silva não faz jus ao benefício da aposentadoria por invalidez porque não cumpriu o tempo de carência exigido.

Júlia, com 70 anos de idade, e Fábio, com 81 anos de idade, são casados e residem com um de seus filhos, Fábio Jr. Fábio é servidor público federal aposentado e, Fábio Jr, após passar um período de quatro anos desempregado, foi admitido em uma empresa privada, com carteira de trabalho assinada há 5 meses.

A partir dessa situação, julgue o item subsequente.

92 Em caso de Fábio Jr ficar incapacitado para o trabalho por sete dias, por motivo de doença, ele poderá recorrer ao auxílio-doença da previdência social, passando a receber integralmente seu salário para continuar assumindo suas despesas.

93 A contribuição do empregador doméstico é de 20% e incide sobre o salário-mínimo.

A respeito do custeio da seguridade social, julgue os itens que se seguem.

94 Parte dos valores arrecadados com concurso de prognósticos promovidos por órgãos do poder público ou por sociedades comerciais ou civis dentro do território nacional é destinada ao custeio da seguridade social.

95 Serão considerados para cálculo do salário de benefício os ganhos habituais do segurado empregado, a qualquer título, sob forma de moeda corrente ou de utilidades, sobre os quais tenha incidido contribuições previdenciárias, inclusive o décimo-terceiro salário (gratificação natalina).

Julgue o item a seguir de acordo com a Lei n. 8.213/1991 e seus benefícios e prestações.

96 A aposentadoria por invalidez será devida a partir do dia da cessação do auxílio-doença.

97 Concluindo a perícia médica inicial pela existência de incapacidade total e definitiva para o trabalho, a aposentadoria por invalidez será devida ao segurado empregado, a contar do décimo sexto dia do afastamento da atividade ou a partir da entrada do requerimento, se entre o afastamento e a entrada do requerimento decorrerem mais de trinta dias.

A respeito da renda mensal dos benefícios do RGPS, julgue a assertiva a seguir:

98 No cálculo do valor da renda mensal do benefício, com exceção do decorrente de acidente do trabalho, serão computados, para o segurado empregado e empregado doméstico, os salários de contribuição referentes aos meses de contribuições devidas, ainda que não recolhidas pelo empregador, sem prejuízo da respectiva cobrança e da aplicação das penalidades cabíveis.

99 Marlene está aposentada pelo Regime Geral de Previdência Social e voltou a exercer atividade assalariada, portanto sujeita a esse regime. Ocorre que, em razão de doença comum que a incapacitou para o trabalho, afastou-se por cento e vinte dias consecutivos e engravidou. Nessa situação, não havendo direito adquirido e considerando a legislação previdenciária, Marlene não poderá acumular os benefícios de auxílio-doença e aposentadoria, mas poderá acumular esse último com salário-maternidade.

Com base nas disposições legais referentes ao regime geral de previdência social (RGPS), julgue o item subsequente.

100 Uma ação que tenha por objetivo haver prestações vencidas devidas pela previdência social está sujeita à prescrição decenal.

101 Dráuzio Jr. se formou no curso de medicina, aos 25 anos, em dezembro de 2019 e desde então começou a trabalhar como plantonista em um hospital particular em sua cidade, filiando-se ao RGPS na qualidade de segurado empregado. Nessas condições, podemos afirmar que Dráuzio Jr. poderá se aposentar ao completar 35 anos de contribuição.

102 Marli é estudante de curso superior e, preocupada com as notícias sobre a Reforma da Previdência, começou a contribuir com o RGPS na qualidade de segurada facultativa em dezembro de 2019, sendo esta sua primeira contribuição para o sistema. Caso mantenha a regularidade de suas contribuições, Marli poderá se aposentar pelo RGPS ao completar 60 anos de idade, desde que tenha 15 anos de tempo de contribuição.

103 Vânia filiou-se ao Regime Geral de Previdência Social em 2013, pagando apenas uma contribuição como segurada facultativa. Querendo aprender inglês, Vânia foi então morar no exterior e retornou ao Brasil em dezembro de 2019, sendo contratada como empregada em uma grande multinacional. Podemos afirmar que para se aposentar, salvo casos especiais, ele deverá possuir 65 anos de idade e 15 anos de contribuição.

Em cada um dos próximos itens, é apresentada uma situação hipotética acerca de salário de contribuição, seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 104** O contrato de trabalho de Carlos Machado, empregado da empresa L & M Ltda., foi rescindido antes que ele pudesse usufruir de férias vencidas. Nessa situação, haverá a incidência de contribuição previdenciária sobre a importância paga a título de indenização das férias vencidas e sobre o respectivo adicional constitucional.
- 105** Bruna, empregada da empresa Vargas & Vargas Cia. Ltda., entrou em gozo de licença maternidade. Nessa situação, haverá incidência da contribuição previdenciária sobre o valor recebido por Bruna a título de salário maternidade.
- 106** As contribuições devidas à seguridade social já descontadas dos segurados empregados e não recolhidas até seu vencimento poderão ser objeto de acordo para pagamento parcelado.

Orlandina, proprietária de uma sorveteria situada em uma cidade litorânea, adquiriu, de forma financiada, dois novos freezers para seu estabelecimento comercial. Em razão do período de baixa temporada, ocorreu considerável queda nas vendas da sorveteria, e o seu faturamento tornou-se insuficiente para arcar com todas as despesas. Diante dessa situação e visando honrar com o pagamento das prestações dos freezers, Orlandina deixou de repassar à previdência social as contribuições previdenciárias recolhidas dos cinco funcionários do estabelecimento, no prazo e na forma legal, tendo incorrido em crime contra seguridade social. Tendo como referência essa situação hipotética e com base nas disposições legais a respeito dos crimes contra a seguridade social, julgue os próximos itens.

- 107** A conduta de Orlandina configura crime de apropriação indébita previdenciária, para o qual a pena prevista é reclusão e multa.
- 108** O aposentado por invalidez e o pensionista inválido que não tenham retornado à atividade estarão isentos do exame periódico após completarem cinquenta e cinco anos ou mais de idade e quando decorridos quinze anos da data da concessão da aposentadoria por invalidez ou do auxílio-doença que a precedeu ou após completarem sessenta anos de idade.

Julgue os itens a seguir de acordo com a Lei n. 8.213/1991.

- 109** O salário-maternidade é devido à segurada da Previdência Social, durante 120 (cento e vinte) dias, com início no período entre 28 (vinte e oito) dias antes do parto e a data de ocorrência deste, observadas as situações e condições previstas na legislação no que concerne à proteção à maternidade.

Julgue o item seguinte, relativo aos benefícios do regime geral de previdência social.

- 110** Considere que um indivíduo, antes de aderir ao regime geral de previdência social, estivesse enfermo de uma moléstia incapacitante para o trabalho. Nessa situação, se não tiver havido posterior progressão ou agravamento da enfermidade, tal doença não dará a esse indivíduo o direito de obter a aposentadoria por invalidez.

Considerando a CF e a LOAS, no que tange a assistência social como política pública, julgue os seguintes itens.

- 111** Entende-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas pelo INSS aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.
- 112** O CNAS é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social, tendo como instância coordenadora da Política Nacional de Assistência Social o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Considerando as disposições da Constituição Federal, no que tange à assistência social como política pública, julgue o seguinte item.

- 113** A assistência social tem seu conceito trazido no texto da Constituição Federal. Ela é direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Considerando a LOAS no que tange à assistência social como política pública, julgue o seguinte item.

- 114** Em razão do estado de calamidade pública e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19), o critério de aferição da renda familiar mensal *per capita* previsto para concessão do BPC poderá ser ampliado para até 1/2 (meio) salário-mínimo.

Considerando a LOAS no que tange à assistência social como política pública, julgue o seguinte item

- 115** O benefício de prestação continuada ou o benefício previdenciário no valor de até 1 (um) salário-mínimo concedido a idoso acima de 60 (sessenta) anos de idade ou pessoa portadora de deficiência não será computado, para fins de concessão do benefício de prestação continuada a outro idoso ou pessoa com deficiência da mesma família, no cálculo da renda *per capita*.

- 116** É condição para os repasses, aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal, dos recursos de que trata esta lei, a efetiva instituição e funcionamento do Conselho de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil; do Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social e do Plano de Assistência Social.

Considerando a CF e a LOAS, no que tange à assistência social como política pública, julgue o seguinte item.

- 117** A Assistência Social, a Política Nacional de Assistência Social e o Serviço Social não são sinônimos, assim, atuam respeitando os princípios da supremacia da necessidade social, universalização dos direitos sociais, dentre outros que regem a assistência social em todo Brasil.

Considerando a LOAS, no que tange à assistência social como política pública, julgue os seguintes itens.

- 118** Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal *per capita* seja inferior a 1/2 (meio) salário-mínimo.
- 119** Consideram-se entidades e organizações da sociedade civil beneficentes, aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela Lei Orgânica da Assistência Social, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.
- 120** As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas preferencialmente no Centro de Referência de Assistência Social (Cras) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), respectivamente, e pelas entidades sem fins lucrativos de assistência social que atuam na educação, assistência social e na promoção da saúde de modo indireto.

App

GRAN QUESTÕES



SER APROVADO É UMA QUESTÃO DE TREINO

» E, com **mais de 1 milhão de questões**, você vai achar que a prova é mais uma bateria delas.

Selecione questões por órgão, nível, cargo, banca, ano, estado, conteúdo e matéria.

Tenha controle do que já fez, avalie com facilidade seus erros e acertos e estude de forma pragmática para passar no concurso dos seus sonhos.



QUESTÕES COMENTADAS

Se surgir dúvida, não se preocupe. O app conta com mais de 340 mil questões comentadas pelos nossos professores para que você assimile melhor o conteúdo. E continuamos contando mais questões!



ASSUNTOS FREQUENTES

Saiba o que despenca nas provas. Com essa funcionalidade, você fica por dentro dos assuntos mais cobrados dos concursos, podendo assim dar mais atenção para as matérias mais importantes.



MARCADORES

Nessa categoria, quem manda é você! Crie seus próprios marcadores, organizando suas questões como for mais fácil para você. Separe por erros, difíceis, fáceis, com peguinhas ou conforme sua imaginação mandar!



A MELHOR PARTE

Uma infinidade de vantagens espera por você no Gran Questões, mas a melhor parte é: **GRÁTIS PARA ALUNOS ILIMITADOS**. Garanta agora sua Assinatura Ilimitada e use e abuse do app de questões mais completo do Brasil!

